



**JUL-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

**Brasília, 06 de julho de 2018.**

**Plantão:** Mariana Lopes, Luan Badia, Tereza Fujii, Nivaldo Holmes, Melissa Campos, Rosângela Costa e Herivelton Ferraz.

**Em atividade em Brasília:** Elma Dutra.

## **INFORME NACIONAL**

### **ORIENTAÇÃO DA FASUBRA SOBRE MOBILIZAÇÕES NO DIA 11 DE JULHO**

Orientação da FASUBRA sobre mobilizações no dia 11/07 - Mobilização da campanha salarial 2018 e contra o projeto Escola Sem Partido

Considerando a previsão de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão Mista do Orçamento no dia 11 de julho, bem como a votação em plenário que pode iniciar no mesmo dia;

Considerando a votação da LDO como ponto crítico relacionado a campanha salarial 2018 da FASUBRA e dos SPF;

Considerando que o parecer do relator apresenta proposta de proibição de leis que concedam reajuste salarial para trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos, criação de novos cargos públicos e realização de novos concursos, entre outras medidas que atacam o conjunto dos servidores públicos;

Considerando a votação do parecer do relator do projeto escola sem partido na comissão especial, e que existe a intenção de enviar o projeto direto ao senado como tática para aprovação;

**A Direção Nacional da FASUBRA orienta os sindicatos de sua base a realizarem mobilizações no dia 11, unificadas em Brasília para as entidades próximas e atos nos estados para as demais.**

Reafirmamos a orientação de pressionarmos os parlamentares contra o texto do relator da LDO.

## **26 de junho - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

No dia 26/06/2018, a Fasubra participou de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater os Planos de Autogestão.

Os sucessivos e abusivos reajustes praticados pelos planos de saúde nos últimos anos, chegando, em alguns casos, a 84%, causando a desistência dos servidores que se encontram com salários congelados e os planos de saúde sendo reajustados anualmente muito acima da inflação. A ANS, que deveria atuar como órgão de fiscalização, atua em favor das empresas. No dia 22/06, por exemplo, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) derrubou liminar que limitava os reajustes dos planos de saúde individuais em 5,72%. Assim, passa a vigorar o teto de 10% para tais reajustes, sendo que planos empresariais não têm supervisão da ANS e as empresas acabam cobrando o reajuste que querem, seguindo um cálculo de atualização que, via de regra, não tem transparência e é a própria empresa que presta o serviço e cobra valor superfaturado.

As assessorias jurídicas das entidades sindicais têm colocado no geral de suas falas que a EC 95 caminha no sentido de destruição dos planos de saúde e fazem denúncias de contratos milionários, dirigentes nomeados pelo governo, muitas vezes sem condições de assumir o cargo.

Numa perspectiva de 20 anos sem reajustes, os Servidores Públicos Federais ficam sem possibilidade de arcar com os custos dos planos, nesse sentido, só novos servidores poderiam usar os planos de saúde, pois os mesmos não utilizam com grande intensidade, pagando uma parcela menor, frente a essa realidade os participantes da audiência avaliaram que: "o Estado brasileiro deve incentivar a formação de autogestões em saúde, se fazendo necessária a alteração da legislação que especifique um tratamento diferenciado para as autogestões, que a ANS e o TCU têm que exigir mais transparência e auditoria nas empresas, que os usuários precisam cobrar com ações judiciais e que o MP reveja os contratos milionários feitos pelas empresas nos últimos anos".

Na audiência foi sugerida a criação de comitês para analisar estruturas dos planos de autogestão e uma comissão permanente no Congresso em defesa dos planos. A comissão deverá ter a participação de representantes dos servidores para discutir ações e soluções capazes de alterar o quadro de crise pela qual passam. Uma maior

representação de servidores nos conselhos deliberativos dos planos também é de fundamental importância.

### **26 de junho - Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida**

A Fasubra participou da reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, realizada no Edifício OAB, em Brasília-DF, no dia 26 de junho de 2018.

Na ocasião foi apresentada a prestação de contas. Logo após nos pontos de pauta discutidos, destaca-se a sentença judicial que determina a abertura da CPI Mista, impetrada pelos advogados do movimento Diego Cherulli e Guilherme Portanova. A CPMI encontra-se no momento em fase de coletas de assinaturas para sua instalação. Esta Comissão tem como objetivo auditar as contas públicas relacionadas à dívida pública da União, que destina 50% do PIB para sua amortização.

Outro ponto bastante discutido nessa reunião foi a ação da ACD durante as eleições. Definiu-se pelo envio de carta aberta à população, bem como às candidatas e candidatos cobrando destes posicionamento quanto a questão da dívida pública.

Por fim, foi apresentada a campanha publicitária de denúncia aos senadores que votaram a favor da EC95 e foi pedido que as entidades deem ampla divulgação a esta.

### **26 de junho - Lançamento da Cartilha da CNBB sobre a Dívida Pública**

No período da tarde, representação da Fasubra participou do lançamento de cartilha da CNBB sobre a Dívida Pública. O evento contou com uma apresentação feita por Maria Lucia Fattorelli, abordando o cenário de escassez num país de abundâncias e de como um novo Projeto de Lei Complementar (PLP 459/2017), já aprovado no Senado como PLS 204/2016, que visa "legalizar" uma nova forma de aumentar a dívida pública através da criação de empresas estatais não dependentes, possibilitando que a arrecadação da União, Estados e Municípios possa ser enviada diretamente para o mercado financeiro sem entrar no caixa público.

Assim, visando mobilizar a sociedade para a necessidade de realização da Auditoria Cidadã da Dívida Pública no Ano Nacional do Laicato, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez o lançamento de um livreto para Círculos Bíblicos com o tema, organizado para ser mediado em 5 encontros, com informações para subsidiar as igrejas e pastorais a realizarem esse debate nas suas comunidades de modo que a sociedade tome consciência desse fato e também cobre esse compromisso dos políticos que serão eleitos nesse ano.

## **28 de junho – Ato pela Acessibilidade no Transporte Interestadual Terrestre**

No dia 28 de junho, às 18 horas, a Fasubra esteve presente junto a cerca de duzentas pessoas com necessidades especiais, em sua maioria deficientes visuais, que obstruíram por uma hora e meia as entradas e saídas dos ônibus da Rodoviária Interestadual de Brasília com a seguinte pauta de reivindicação: cumprimento imediato da lei que garante gratuidade no transporte interestadual. Foi questionada também a falta de acessibilidade nos veículos para cadeirantes, o que obriga os mesmos a embarcarem com auxílio de terceiros, comprometendo sua autonomia de embarque e desembarque.

## **Relatório das atividades do plantão nos dias 01 a 06 de julho**

No dia 1º de julho de 2018, domingo, o plantão da DN participou da XXI Parada LGBT de Brasília. A concentração começou a partir das 14 horas na Esplanada dos Ministérios com atividades culturais e intervenções políticas. O público presente tomava todo o gramado em frente ao Congresso Nacional. Estima-se que aproximadamente 60.000 pessoas participaram desse importante ato político do orgulho LGBT. Por volta das 17h30min os cinco trios elétricos, arrastando com alegria o público presente, se deslocaram do Congresso Nacional sentido Torre de TV com o slogan deste ano: “Deixe sua homofobia no armário que o orgulho LGBT vai passar”.

Na terça-feira, dia 03/07, a Fasubra foi representada na Câmara dos Deputados participando do Seminário sobre Impacto da Aplicação da Nova Legislação Trabalhista no Brasil. Durante a manhã foram apresentados os impactos na economia, onde o governo afirma ainda não ter números para avaliar negativamente a reforma; por outro lado, entidades como DIEESE apontam um verdadeiro desmonte das relações de trabalho, precarizando ainda mais os postos de trabalho. Afirmam ainda que essa reforma não resolveu a questão do desemprego, justificativa utilizada pelo governo ilegítimo para sua aprovação. Durante o período vespertino, o evento discutiu as consequências jurídicas para os trabalhadores, que ficaram desassistidos pela CLT, em particular as mulheres que estão vulneráveis ao assédio moral e sexual. Além da participação no referido Seminário, foram feitos contatos com diversos parlamentares, em especial, Paulo Paim (PT/RS) que se comprometeu a apresentar um substitutivo ao relatório da LDO apresentado por Dalírio Beber (PSDB/SC).

Na quarta-feira, dia 04/07, as atividades do plantão foram concentradas em acompanhamento de audiências e contatos com lideranças parlamentares com o

objetivo de buscar apoio para as lutas da categoria e das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público em geral, com destaque para a revogação da EC 95, combate ao projeto "Escola Sem Partido" e a derrota do relatório de Dalírio Beber sobre a LDO.

A Fasubra entregou documento (em anexo) a vários parlamentares expondo sua divergência e extrema preocupação com o parecer do senador, que ataca os serviços públicos e seus servidores.

A liderança do PT entrou em contato para viabilizar destaques que atendessem as demandas da Federação. Diante disto serão apresentados os seguintes destaques:

\*1º Destaque:\*

Art. 93. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do referido parágrafo, bem como as condições estabelecidas no art. 90 desta Lei, ficam autorizados:

.....

§ 2º .....Os provimentos a que se refere o inciso IV do caput ficam restritos:

I - às despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF; e

II - às reposições, nos mesmos cargos, decorrentes das vacâncias nas áreas de educação, saúde, segurança pública e defesa ocorridas entre a publicação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e o dia 31 de dezembro de 2018, deduzidos os provimentos ocorridos no mesmo período.; e

III - às admissões necessárias ao funcionamento das instituições federais de ensino criadas nos últimos 5 (cinco) anos; e

...

Destaque Solicitado:

A Fasubra quer retirar a expressão "criadas nos últimos 5 anos". Ou seja, que as admissões não fiquem restritas apenas à estas.

\*2º Destaque:\*

Art. 92-A. Fica vedada a aprovação de projeto de lei e a edição de medida provisória relativos a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras nos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019.

Destaque Solicitado:

A Fasubra quer a supressão total desse artigo.

\*3º Destaque:\*

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão:

I ....

III - promover a redução de pelo menos 10% (dez por cento), em relação à programação para 2018, das despesas de custeio administrativo.

Destaque Solicitado: A Fasubra quer a supressão total desse INCISO.

## **CARTA ENTREGUE AOS PARLAMENTARES NO CONGRESSO NACIONAL**

**Senhor Parlamentar,**

Brasília 03 de julho de 2018

A FASUBRA Sindical, representante legítima das trabalhadoras e dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, categoria que possui o menor salário dentre os trabalhadores do poder executivo, vê com indignação a proposta de relatório apresentada pelo Senador Dalirio Beber do (PSDB), que traz em seu perverso conteúdo a proibição de reajustes para o serviço público, e elimina a criação de novos cargos na Administração Pública, além de retirar mais recursos das Instituições Públicas de Ensino, inviabilizando a Educação Pública de qualidade e socialmente referenciada.

Caso aprovada, tal proposta agudiza a situação precária em que se encontram os serviços públicos no país, uma vez que a qualidade dos serviços prestados deveriam estar diretamente ligadas à valorização de quem é o responsável por eles.

Neste sentido, a Direção Nacional da FASUBRA se manifesta veementemente contra tal proposta e solicita de Vossa Senhoria apoio para que ela não seja aprovada.

**Direção Nacional**

**FASUBRA SOLICITA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O RELATOR DA LDO**



OF.123-18 - SEC

Brasília-DF, 04 de julho de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SR.  
SENADOR DALIRIO BEBER  
NESTA

Senhor,

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA SINDICAL) vem solicitar a este Gabinete, uma audiência para tratar do assunto abaixo:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Agradecemos a atenção dispensada ao nosso pleito ao tempo em que aguardamos resposta.

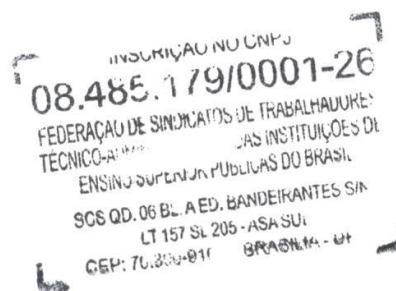
Cordialmente,

*Mariana de J. Lopes Barbosa*  
Coordenação Nacional  
FASUBRA SINDICAL

Gabinete do Senador Dalirio Beber

Recebido em 05/07/18

*Aline dos Santos*  
Aline dos Santos  
Assessora Parlamentar  
Matr. 264675



## **Participação da Coordenação da Mulher Trabalhadora na Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher**

Também no dia 04 de julho, a Fasubra esteve presente na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara das Deputadas na Reunião Técnica Tribuna das Mulheres convocada pela Deputada Ana Perugini (PT/ES). A pauta debatida foi o encarceramento das mulheres negras, com a participação de Deise Benedito, especialista em relações de gênero e raça no sistema prisional, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção ao Combate a Tortura, que falou sobre o tema: "Mulheres Negras e Prisões: do Ferro ao Aço". Na ocasião a Fasubra reafirmou seu compromisso com a luta contra as opressões em uma perspectiva interseccional, ou seja, relacionando raça, etnia, gênero, classe e orientação sexual.

## **Relatório da Reunião do FONASEFE – Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais e FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – 4.7.18**

Sede da CONDSEF, 16 horas.

Entidades presentes: ASFOC-SN (Fábio Kruger) - CONDSEF/FENADSEF (Rogério Expedito, Sérgio Ronaldo e Valter César) - CSP/CONLUTAS (Eduardo Zanata/Assessoria) - FASUBRA (Mariana Lopes, Melissa E. Campos, Luan Badia, Nivaldo Holmes de Almeida Filho) - FENAJUFE (Mara Rejane Weber, Costa Neto e Adilson Rodrigues) - FENASPS (Laurizete A. Gusmão) - SINAIT (Marco Aurelio Gonalves) - SINASEFE (Paulo Reis) - SINDCT (Ivanil Elisário Barbosa) - SINDIRECEITA (Breno Rocha).

Entidade convidada: Empresa COBRA CRIADA (Renato Rojas e Leandro Fortes)

Pauta aprovada:

- 1) Informes das Entidades e avaliação da Conjuntura e debate da Campanha Salarial 2018;
- 2) Discussão e definição de calendário de luta pela DATA BASE – Processo em julgamento no STF e do PLS do Senador Hélio José (PROS/DF);
- 3) Apresentação da proposta de Campanha de valorização dos servidores públicos com foco na revogação da EC 95/16; e
- 4) Outros encaminhamentos.



Iniciou-se a reunião às 16h30 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Eduardo Zanata (CSP/CONLUTAS/Assessoria), Rogério Expedito (CONDSEF) e Mariana Lopes (FASUBRA) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESF). A entidade convidada empresa Cobra Criada apresentou um esboço sobre uma campanha de mídia digital e de rede aos participantes da reunião e membros do FONASEFE, com foco nas lutas dos servidores. Será disponibilizado posteriormente para as entidades do FONASEFE e FONACATE um resumo sobre este serviço, bem como seus valores de custeio.

Encaminhamentos:

- 1) Construir um texto do FONASEFE sobre a LDO denunciando a não inclusão de verbas para áreas sociais e reajustes dos servidores para orientar as entidades a fazer atividades de pressão nos parlamentares com atos nos aeroportos dia 8 e 9 de julho e vinda a Brasília para a atividades do dia 11 de julho (texto básico da Fasubra (anexo que deve ser fechado após a reunião do jurídico na FENAJUFE).
- 2) Atividades de pressão aos parlamentares nos dias 09 e 10 de julho, com atos nos aeroportos nos Estados e em Brasília contra a votação do relatório do LDO sem investimentos nas áreas sociais (saúde, educação, pesquisa etc) e cortes do reajuste dos servidores.
- 3) Dia 11 de julho Ato nacional em Brasília e nos Estados em defesa da nossa campanha salarial e contra a votação do relatório do LDO sem investimentos nas áreas sociais e cortes do reajuste dos servidores.
- 4) Indicativo do dia nacional de lutas no dia 12.9.18 com Caravanas para Brasília, data da posse do novo presidente do STF.
- 5) Criar um texto do FONASEFE sobre o recurso a ser julgado pelo STF do não cumprimento da DATA-BASE para discussão com as centrais sindicais e entidades de servidores públicos municipais e estaduais a fim de preparar a unificação da luta pela aprovação da Data- Base no julgamento do STF (texto básico a cargo da FENAJUFE)
- 6) Fazer documento esclarecendo sobre a importância da aprovação do PLs 228 do Senador Hélio Jose que prevê a punição para os dirigentes que não cumprirem a data base dos servidores. Buscar audiências com os senadores da CCJ para convencê-los da aprovação do referido PLS.
- 7) Na próxima reunião discutir a possibilidade de organização de um seminário sobre a DATA-BASE em discussão no STF conjuntamente com servidores municipais e estaduais.

8) Solicitar da Comissão Técnica composta pelo DIEESE, Unacon-Sindical e SINDIRECEITA a entrega da minuta sobre a EC 95 para o dia 17 de julho pois será a base das informações para a campanha de mídia contra a EC 95/16.

9) As entidades devem fazer o debate interno sobre a participação na campanha de Mídia PELA REVOGAÇÃO DA EC95/16 apresentada empresa COBRA CRIADA (proposta anexa a este relatório ) até o dia 17 de julho. Na próxima reunião do FONASEFE será feito o debate e a definição da forma de adesão ao projeto (cotização, comissão, etc...) devendo ser marcado a data de reunião conjunta com as assessorias de comunicação das entidades para definição da forma de integração e construção da campanha de mídia pela revogação da EC95/16.

10) Próxima reunião do FONASEFE será no dia 17.7.18, às 15 horas, na sede da CONDSEF, com a seguinte pauta: 1) Informes das entidades e análise da conjuntura; 2) Definição da proposta de implantação do sistema de mídia digital para campanha dos servidores públicos; e 3) Demais encaminhamentos.

Relatório elaborado por Eduardo Zanata (CSP/CONLUTAS/Assessoria), Rogério Expedito (CONDSEF), Mariana Lopes (FASUBRA) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESF).

### **1º Seminário Internacional sobre Educação e Saúde na Terceira Idade**

A Fasubra participou nos dias 4 e 5 de julho, desse evento que debateu as políticas públicas para saúde, assistência social e sobre as universidades abertas para a terceira idade, além da apresentação de artigos científicos sobre o tema.

O evento foi promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), organizado pela deputada federal Leandre Dal Ponte (PV-PR), no Auditório Nereu Ramos.

Os debatedores destacaram a importância da promoção do envelhecimento saudável, participativo e feliz.

No balanço sobre os 15 anos do Estatuto do Idoso, os debatedores discutiram os avanços e o que ainda está por ser feito, a necessidade de adequação da lei à mudança do perfil demográfico do País - já são 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, e destacaram que as políticas públicas para idosos devem refletir a pluralidade desse público para pensar a intervenção, propiciando um envelhecimento ativo, vinculado a cidadania e a produtividade.

### **Reunião dos Coletivos Jurídicos do FONASEFE**

A FASUBRA participou da reunião dos coletivos jurídicos das entidades que participam do FONASEFE que debateu como pautas principais as ações possíveis a respeito da data-base, uma vez que a revisão geral anual de salários dos servidores públicos esteve na pauta do STF no último dia 20 de junho. Também como pauta prioritária foi debatida a portaria 193 do MPDG que prevê a transferência de pessoal sem necessidade de anuência e sem permitir recusa, o FONASEFE irá fazer denúncia pública das arbitrariedades da portaria.

<b>CALENDÁRIO DE ATIVIDADES</b>	
<b>JULHO</b>	
<b>11</b>	FENTAS – Reunião ordinária - Brasília
	Dia de mobilização da Campanha Salarial de 2018 e contra o projeto “ Escola sem Partido”
<b>11 e 12 de julho</b>	Reunião da frente nacional Escola sem Mordaza. Brasília
<b>Julho a 15 de agosto</b>	Reuniões de avaliação da CONAPE 2018 LULA LIVRE pelos fóruns nos estados e DF e organização dos encaminhamentos sugeridos pelo FNPE.
<b>Julho a outubro</b>	Realização de audiências públicas nas casas legislativas para debater os documentos da CONAPE 2018 LULA LIVRE (Carta de Belo Horizonte e Documento Final).
<b>AGOSTO</b>	
<b>10</b>	Dia Nacional de Luta
<b>05 a 11</b>	Seminário Nacional de Segurança – Brasília
<b>15/08 a 4 de outubro</b>	Debates com os/as Candidatos/as realizados pelo FNPE.
<b>NOVEMBRO</b>	
<b>29 e 30</b>	Plenária do FNPE